

# Legislação Informatizada - DECRETO-LEI Nº 7.065, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1944 - Publicação Original

Veja também:

---

## Dados da Norma

---

# DECRETO-LEI Nº 7.065, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1944

Concede indulto a marítimos incursos nas sanções previstas no Decreto-Lei nº 4124, de 24 de fevereiro de 1942, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam indultados dos crimes de deserção do serviço da marinha mercante nacional e dos de engajamento, sem a devida autorização, em equipagem de navio estrangeiro, todos os marítimos brasileiros que, havendo incorrido nos crimes previstos no Decreto-lei n. 4.124, de 24 de fevereiro de 1942, tenham, depois dessa data, prestado efetivamente serviços a bordo de navios mercantes de países aliados do Brasil e já se hajam apresentado voluntariamente ou voluntariamente se apresentem às autoridades navais de um pôrto brasileiro (Capitania dos Portos), o mais tardar até 15 de janeiro de 1945 para servirem na marinha mercante do Brasil.

*Parágrafo único.* Os benefícios dêste indulto são extensivos aos condenados por quaisquer dos crimes definidos no referido Decreto-lei n. 4. 124, de 24 de fevereiro de 1942.

Art. 2º A reincidência dos indultados em qualquer dos crimes de que

trata o Decreto-lei número 4.124, de 24 de fevereiro de 1942, será considerada agravante para sujeitá-los à condenação no máximo das penas prescritas, pelos novos crimes em que incorrerem.

Art. 3º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1944, 123º da Independência e 56º da República.

GETULIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho

Henrique A. Guilhem

João de Mendonça Lima

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União -  
Seção 1 de 25/11/1944

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/11/1944, Página 19929  
(Publicação Original)